

'Pautas-bomba' avançam e Fazenda vê relação difícil com o Congresso

Contas públicas Despesas e receitas

Piora dos mercados preocupa equipe econômica, que teme efeito no juro

Revisão das metas fiscais de 2025 e 2026 coincidiu com agravamento do cenário externo e com demandas crescentes de parlamentares por mais gastos

MARIANA CARNEIRO
BIANCA LIMA
ANNA CAROLINA PAPP
BRASÍLIA

O dia seguinte à mudança nas metas fiscais de 2025 e 2026 foi de ressaca e preocupação no Ministério da Fazenda. O anúncio, na segunda-feira, foi avaliado pela pasta como correto e ainda coerente com uma trajetória de estabilização da dívida pública, mas o timing não poderia ter sido pior.

Coincidiu com o agravamento do cenário externo, que levou o dólar ao maior patamar

em mais de um ano, e com notícias negativas vindas do Congresso Nacional – que podem tirar mais alguns bilhões de reais dos cofres públicos neste e nos próximos anos.

Tudo isso ocorreu com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fora do País – ele participa da reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI) em Washington, nos Estados Unidos. O Estadão apurou que a permanência dos juros americanos em patamar elevado por mais tempo, que tira a atratividade de países emergentes, não estava no cenário-base da equipe econômica, que

teme os efeitos da alta do dólar sobre a inflação e, consequentemente, sobre a taxa de juros.

Nesse cenário, o debate sobre um ciclo mais curto de cortes da Selic ganhou força, com par-

**Novo desafio
Com o atual cenário,
debate sobre ciclo mais
curto de corte da
Selic ganha força**

te do mercado já revendo as projeções. Uma taxa de juros em patamar mais elevado significa crédito mais caro, com impacto

no PIB e na geração de empregos – tudo o que a ala política do governo não quer ouvir falar, em meio à queda de popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a às vésperas das eleições municipais.

Haddad, em pronunciamento durante evento do FMI, atribuiu dois terços da piora do mercado ao cenário externo e apenas um terço às questões fiscais internas. Mas esse um terço também está tirando o sono da equipe econômica – sobretudo depois das últimas notícias vindas do Congresso.

Na terça-feira, a extinção do Perse, o programa que concede

benefícios tributários ao setor de eventos, foi retirada de uma medida provisória (MP) editada pelo governo com o objetivo de eliminar o socorro criado na pandemia, visto como falho e suscetível a uma série de fraudes. Agora, a Fazenda tem até o fim de maio para construir um acordo de meio-termo em torno do projeto de lei que trata do mesmo assunto e já calcula os prejuízos.

As negociações com a relatora do tema, Renata Abreu (Podemos-SP), tratam da manutenção do limite de R\$ 78 milhões para empresas que possam usufruir do benefício ou um período mais curto para o fim do programa. O governo prevê gastar R\$ 8 bilhões neste ano, caso o Perse não seja desistido – cifra que amplia o desequilíbrio fiscal.

A Fazenda se ressentiu, pois considera que age sozinha no esforço ligado às contas públicas – mesmo o ajuste ainda estando focado na parte arrecadatória, com pouca ênfase na reavaliação dos gastos. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia e Negócios Caderno: B Pagina: 1